

O Programa Minha Casa Minha Vida nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (2013-2020)

The Program Minha Casa Minha Vida on dissertations and thesis of the post-graduate programs in Geography in Brazil (2013-2020)

José Lucas Costa Ribeiro

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil

lucasribeiro.geo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6683-8629>

Antônio Cardoso Façanha

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil

facanha@ufpi.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1658-1407>

RESUMO

A atuação expressiva do PMCMV no Brasil influenciou várias produções científicas, principalmente no âmbito de dissertações e teses. Diferentes ciências do pensar científico no Brasil produziram pesquisas com foco no PMCMV e suas repercussões, em especial a ciência geográfica. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar a produção geográfica sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tendo como base as dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Geografia no Brasil, no período de 2013 a 2020. O percurso metodológico realizou-se por meio de um conjunto de instrumentos, destacando-se a pesquisa bibliográfica e o “estado da arte”. A maioria das pesquisas encontradas discorrem sobre as realidades empíricas das Regiões Sudeste e Nordeste do País, abrangendo 29 universidades. Os conceitos geográficos mais trabalhados foram espaço e território. Identificou-se que as discussões congregaram-se, em sua maioria, em torno a temas como a Faixa 1 do programa, inserção urbana dos empreendimentos construídos, segregação socioespacial, mercado imobiliário e expansão urbana. Com efeito, pode-se averiguar que a produção sobre o PMCMV em âmbito geográfico é expressiva em termos de quantitativo de pesquisas, embora seja possível identificar lacunas que poderão ser desenvolvidas em pesquisas futuras sobre o programa, a exemplo de impactos socioambientais, migrações e gênero.

Palavras-chave: Estado da Arte, Dissertações e teses, PMCMV, Geografia.

ABSTRACT

The expressive performance of the PMCMV in Brazil influenced several scientific productions, mainly in the scope of dissertations and thesis. Different sciences of scientific thinking in Brazil have produced research focused on the PMCMV and its repercussions, especially geographic science. In this sense, this article seeks to analyze the geographic production on the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), based on the dissertations and thesis of Post-Graduate Programs (PPGs) in Geography in Brazil, from 2013 to 2020. The methodological course was carried out through a set of instruments, highlighting the bibliographic research and the "state of the art". Most of the researchers found discuss the empirical realities of the Southeast and Northeast regions of the country, covering 29 universities. The geographic concepts most analyzed were space and territory. It was identified that the discussions were mostly gathered around themes such as Level 1 of this program, urban insertion of built projects, socio-spatial segregation, real estate market and urban expansion. Thus, it can be verified that the production on the PMCMV in the geographic scope is expressive in terms of quantitative research, although it is possible to identify gaps that could be developed in future research on the program, such as socio-environmental impacts, migrations and gender.

Keywords: State of the art, Dissertations and thesis, PMCMV, Geography.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas habitacionais federais brasileiras foram, historicamente, implantadas por diversos governos que marcaram a produção de habitação no País. A mais recente política habitacional de grande porte, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) contribuiu, segundo autores como Amore (2015), Thery (2017), Rolnik (2019), Maia e Marafon (2020), para uma expressiva produção habitacional e a dinamização de vários processos nas cidades e no território brasileiro.

Diante da atuação das políticas habitacionais, vários pesquisadores de diferentes ciências produziram e produzem pesquisas tendo como objeto de investigação esses programas e suas repercussões, a exemplo da Fundação da Casa Popular (FCP) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), criados e com atuação anterior ao PMCMV.

Com o PMCMV, não foi diferente. O programa constituiu-se como a maior política habitacional da história do Brasil, ao produzir mais de 5 milhões de habitações entre 2009 e 2020 (BRASIL, 2021), o que despertou uma vasta produção de pesquisas, artigos, dissertações, livros, relatórios e outros produtos científicos em vários campos do saber, como Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, História, Geografia, Serviço Social, Economia, entre outros. Como afirma Royer (2021, p. 5), “com impacto profundo no tecido urbano das principais cidades brasileiras, o programa foi, desde o seu lançamento, objeto de intensa produção científica”.

A geografia, em especial, como importante campo das ciências humanas, produziu e tem produzido pesquisas sobre o PMCMV, a partir, sobretudo, dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) do País. Como bem destaca Serpa (2011), a geografia tem como uma de suas especificidades, em relação às políticas públicas, a dimensão espacial e territorial que enseja para o debate, assim como sua contribuição no tocante às articulações escalares e espaciais do espaço geográfico.

Nesse contexto, coloca-se como o questionamento norteador da presente discussão: o que se produziu, entre 2013 e 2020, sobre o PMCMV, em termos de dissertações e teses nos PPGs em Geografia, em nível nacional? Ou seja, a partir da produção geográfica sobre o PMCMV – em relação ao quantitativo de pesquisas, à abrangência espacial, aos pesquisadores e a outras características relevantes –, qual o panorama e contribuição a ciência geográfica brasileira deu para a discussão sobre o PMCMV?

O levantamento, a apresentação e a discussão da produção geográfica sobre essa relevante política habitacional busca contribuir na divulgação da pesquisa científica diante do contexto atual, quando muitas vezes, questiona-se a ciência e a sua contribuição para a sociedade. Assim, almeja-se desvelar para a sociedade em geral e a academia a contribuição que a Geografia, de forma crítica, deu para o debate sobre a política pública habitacional PMCMV, colocando-se também como relevante como subsídio às futuras pesquisas e aos iniciantes na temática, principalmente no âmbito da geografia. O presente artigo foi inspirado, ainda, a partir das discussões no âmbito de uma pesquisa de Mestrado em Geografia sobre o PMCMV.

A presente discussão, dessa forma, estabeleceu como objetivo geral analisar a produção geográfica sobre o PMCMV, tendo como base as teses e dissertações dos PPGs em Geografia no Brasil, entre 2013 e 2020. De forma específica, pretendeu-se: dimensionar quantitativamente a produção sobre o PMCMV nos PPGs em Geografia, em termos de número de pesquisas, ano de defesa, instituição superior onde se desenvolveu a pesquisa e área de concentração do PPG; identificar a abrangência territorial das pesquisas realizadas, bem como o porte demográfico dos municípios; e conhecer os principais conceitos, as metodologias e as temáticas desenvolvidas nas pesquisas sobre o PMCMV.

Além da presente introdução, o texto divide-se em: procedimentos metodológicos; fundamento teórico sobre o PMCMV e suas principais características; seção sobre a produção

geográfica (teses e dissertações) sobre o PMCMV; seção sobre perspectivas temáticas e discussão geográfica sobre o PMCMV e, por último, a conclusão e as referências.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica, seja empírica, teórica ou epistemológica, deve ter o rigor necessário para que produza abordagens coerentes com a realidade, e o caminho metodológico é primordial nesse processo. Tendo em vista a forma como aborda as discussões, os dados e as interpretações, a presente pesquisa possui abordagem quantitativa, pois conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 69), esse tipo de abordagem permite “traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas”, a exemplo da percentagem, que possibilitou uma visão mais quantificável e sintética da produção de pesquisas sobre o PMCMV nos PPGs em Geografia do País.

Como forma de aproximação inicial com a temática, aludindo aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, porquanto buscou delinear um estado da arte sobre o PMCMV na Geografia, explorando o conteúdo e criando subsídios para avançar nas discussões sobre o referido programa, suscitando maior familiaridade com a problemática (GIL, 2002).

No que se refere ao método de procedimento, volta-se mais para a fase de coleta, tratamento e sistematização da produção científica delineada na pesquisa, intentando a concretude em relação à abordagem do problema (MARCONI; LAKATOS, 2002). Nessa perspectiva, lança-se mão do método estatístico para os fins desta pesquisa, pois se voltou à descrição quantitativa do fenômeno pesquisado.

Ademais, a pesquisa bibliográfica foi o principal instrumento para a produção desta investigação. A propósito dela, Marconi e Lakatos (2002) aduzem que esse tipo de pesquisa se embasa em material já publicado ou produzido por outros pesquisadores, como livros, monografias, dissertações, teses, artigos, por meio de leituras, embasamentos e fichamentos, proporcionando uma sustentação do ponto de vista conceitual, teórico e metodológico sobre a temática e o aprofundamento das relações e dos processos estudados.

Isso posto, esta pesquisa fundamentou-se em teses e dissertações dos PPGs em Geografia do Brasil. Particularmente, utilizou-se da pesquisa “estado da arte”, também denominada de estado do conhecimento, que segundo a concepção de Ferreira (2002, p. 258), visa:

[...] discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar [...].

No tratamento e na organização dos dados que subsidiaram o estado da arte e a própria discussão da pesquisa, frisa-se, com base em Lopes, Nóbrega-Therrien e Almeida (2018), Neves e Faria (2020), a determinação de alguns parâmetros e critérios para a realização da busca, pesquisa e sistematização dos dados. Como fonte de dados, escolheram-se dois bancos de dados eletrônicos: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTDC), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (Mec); e o Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD), do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovações (MCTI). A escolha desses bancos de dados justifica-se em virtude da grande quantidade de teses e dissertações hospedadas neles, e pela confiabilidade, devido ao fato de estar vinculado aos órgãos oficiais de educação e pesquisa.

Nos buscadores dos bancos de dados, empregou-se a palavra-chave PMCMV, a fim de filtrar

pesquisas na área de Geografia a partir do próprio buscador. De acordo com o resultado das buscas, realizou-se o download dos arquivos. Visando à otimização da pesquisa, tendo em vista a quantidade de trabalhos encontrados e diante dos objetivos propostos – salienta-se não se buscou uma exaustão e um detalhamento sobre o que foi discutido nas pesquisas, mas apontar panoramas e pontuar o que se produziu no âmbito geográfico sobre o PMCMV –, escolheram-se os seguintes itens das dissertações e teses para análises e tratamentos dos conteúdos: título; resumo; palavras-chave; sumário; introdução; conclusão.

3. APONTAMENTOS SOBRE O PMCMV

O PMCMV foi um programa destinado à promoção e ao financiamento de moradias nos municípios brasileiros, gerido no âmbito do governo federal. Constituído com a principal política habitacional no País, durante seus 11 anos e 2 meses, o PMCMV consolidou-se como o maior programa habitacional da história, tendo como referência o quantitativo de novas moradias construídas e a abrangência espacial, ou seja, a grande quantidade de municípios contemplados.

A origem do programa deu-se no ano de 2009, por meio da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Além de representar uma demanda da sociedade e dos movimentos sociais, que em grande parte davam sustentação social ao governo do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), um de seus principais determinantes foi a tentativa de abrandar os efeitos locais da crise econômica de 2008, que teve origem nos Estados Unidos da América e se alastrou pelo mundo (ROLNIK, 2019).

No decorrer de seu período de vigência, o PMCMV contou com várias fases e faixas de financiamento, que foram usados como critérios para conceder os benefícios, marcando a implementação e o desenvolvimento do programa no território brasileiro. Em relação à fase 1, de um total de três fases, Cardoso e Aragão (2013) destacam que:

[...] tinha como meta a construção de um milhão de moradias, em curto prazo, tendo para isso alocado R\$ 34 bilhões. Desse total, R\$ 25,5 bilhões originavam-se do Orçamento Geral da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS. Foi ainda previsto um investimento de R\$ 1 bilhão para complementação de infraestrutura urbana, a ser distribuído através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Na primeira fase (2009-2011), as faixas de renda familiar mensal foram divididas em três estratos diferentes: a Faixa 1 foi destinada às camadas de mais baixa renda, até R\$ 1.395,00 por meio de habitações de interesse social, com alto subsídio governamental; a Faixa 2, a famílias de renda familiar de R\$ 1.395,01 até R\$ 2.790,00; e a 3 para as famílias de renda familiar mensal de R\$ 2.790,01 até R\$ 4.650,00 (vide **Tabela 1**).

Tabela 1: Fases e faixas de renda do PMCMV

Faixas	Fase 1 (2009-2011)	Fase 2 (2011-2014)	Fase 3 (2016-2020)
1	Até R\$ 1.395,00	Até R\$ 1.600,00	Até R\$ 1.800,00
1,5	-----	-----	De R\$ 1.800,01 até 2.600,00
2	De R\$ 1.395,01 até 2.790,00	De R\$ 1.600,01 até 3.100,00	De R\$ 2.600,01 até 4.000,00
3	De R\$ 2.790,01 até 4.650,00	De R\$ 3.100,01 até 5.000,00	De R\$ 4.000,00 até 7.000,00

Fonte: Cardoso e Aragão (2013); Amore (2015); Maia e Marafon (2020).

Na segunda fase do programa (2011-2014), como revelado pela Tabela 1, houve aumento da renda familiar mensal, bem como melhoramento no padrão construtivo das moradias, permitindo o uso residencial e comercial, além de incentivos para o uso de energias renováveis, a exemplo da

instalação de painéis fotovoltaicos solares para a geração de energia elétrica (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Em 2016, foi lançada a terceira fase do PMCMV, já com o processo de impeachment em andamento da ex-presidente eleita, Dilma Vana Rousseff (2011-2016) – aberto em dezembro de 2015 –, culminando com a posse de seu vice, Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), onde também teve o acréscimo da Faixa 1,5 (renda familiar de 1.800,00 até 2.600,00).

Coadunando Thery (2017, p. 15):

[...] em março de 2016, em meio ao processo de impeachment no Congresso Nacional e um dia depois de o PMDB romper oficialmente com o Palácio do Planalto, foi lançada a terceira fase do programa, cujo objetivo era de entregar dois milhões de moradias populares até 2018. No entanto, no lançamento oficial a estimativa inicial foi reduzida em 1 milhão de moradias. Segundo o Ministério das Cidades, a previsão do governo era de investir cerca de R\$ 210 bilhões nesta nova etapa.

Em relação à forma de estruturação e operacionalização do PMCMV, salienta-se o papel preponderante dado às empresas do setor imobiliário, pois grande parte do processo, desde a etapa de submissão dos projetos à entrega e comercialização das moradias, ficou a cargo do setor privado, dando um teor ainda mais empresarial a essa política pública habitacional. Portanto, denota-se um alinhamento intenso com os interesses do grande capital, nomeadamente com as construtoras do setor (ROLNIK, 2019).

Os agentes principais envolvidos na operacionalização do programa foram o governo federal, os municípios, as empresas privadas e a Caixa Econômica Federal (CEF) (2009). Na Faixa 1 do PMCMV, os recursos eram direcionados por área da federação, de acordo com o déficit habitacional. A partir disso, solicitavam-se projetos das construtoras à CEF, podendo ser em parceria com estados e municípios. Com o controle, a supervisão e a comercialização passando pela CEF, os municípios deveriam fazer o cadastro das pessoas e a seleção dos beneficiados (CEF, 2009).

Nas outras faixas de financiamento, o processo seguia a mesma lógica, ou seja, mediante de alocação de recursos, por intermédio do governo federal para os estados e municípios, mas o restante do processo ocorria por meio das construtoras e da CEF, sem interferência das prefeituras. Dessa forma, as empresas deveriam apresentar projetos à CEF, que fazia a pré-análise, depois autorizava ou não os empreendimentos, acompanhava a comercialização e o financiamento da produção (CEF, 2009).

Após a implantação de restritivas medidas de austeridade fiscal e diminuição massiva de recursos para o setor habitacional, durante o governo de Michel Temer (2016-2018) e os primeiros anos do governo Jair Messias Bolsonaro, o PMCMV foi substituído – depois de construir 5.173.000 milhões de moradias no País – pelo Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), que trouxe mudanças em relação ao programa anterior, com expressivos cortes na produção de habitação (BRASIL, 2021).

4. A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O PMCMV

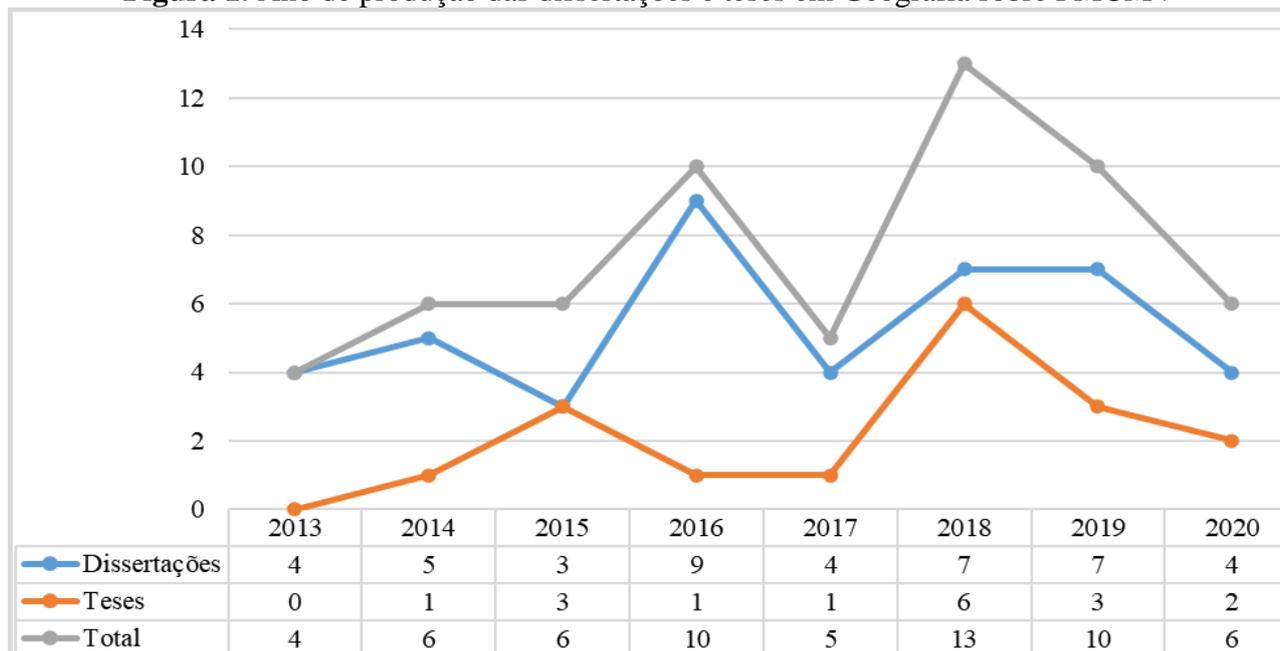
Os trabalhos encontrados por esta pesquisa no âmbito da Pós-Graduação em Geografia no Brasil, que abordam o PMCMV de forma mais enfática, isto é, trazem em evidência no próprio título da pesquisa, nas palavras-chave ou nos resumos, totalizaram 60, sendo 43 dissertações de mestrado e 17 teses de doutorado.

Assim, nota-se a prevalência considerável de dissertações em relação às teses. Um dos possíveis motivos, além do tempo de desenvolvimento da cada tipo de pesquisa – o mestrado é dois anos e o doutorado, quatro – deve-se ao maior número de mestrados e menor de doutorados. Nesse sentido, segundo dados da Capes (2021a), há 73 Mestrados e 37 Doutorados em Geografia, indicando que a quantidade de mestrados na área em apreço é quase o dobro em comparação aos doutorados

existentes em território nacional. Outrossim, geralmente, há mais vagas nos mestrados que nos doutorados.

O PMCMV teve origem em 2009, e as primeiras pesquisas em formato de teses e dissertações foram elaboradas a partir do ano de 2013, como ilustra a Figura 1, contando com quatro pesquisas no total, sendo que houve oscilações no decorrer do tempo até 2020, ano em que o programa teve fim. Nos anos de 2016, 2018 e 2019, assimilou-se maior quantidade de pesquisas. Em relação a teses e dissertações, o período de maior incidência de teses foi de 2018 a 2019, e de dissertações, 2016 (**Figura 1**).

Figura 1: Ano de produção das dissertações e teses em Geografia sobre PMCMV



Fonte: Capes (2021b) e BDTD (2021). Elaborado pelos autores (2021).

No tocante às dissertações e teses encontradas, apenas um autor possui mais de um trabalho sob sua autoria, sendo a sua dissertação e tese; os demais aparecem com uma produção em relação à dissertação ou tese.

Em relação às áreas de concentração dos PPGs em Geografia com dissertações e teses sobre o PMCMV, verificou-se que a área com maior número, como demonstra a **Tabela 2**, foi *Geografia e Gestão do território*, com cinco pesquisas; seguida por *Dinâmica socioespacial e reestruturação do território*, *Produção do espaço geográfico*, *Produção do espaço regional e fronteira*, com quatro pesquisas, cada.

Tabela 2: Áreas de concentração com maior quantidade de trabalhos em Geografia sobre o PMCMV

Áreas de concentração	Quantidade
Geografia e gestão do território	5
Dinâmica socioespacial e reestruturação do território	4
Produção do espaço geográfico	4
Produção do espaço regional e fronteira	4
Organização e gestão do território	3
Território, trabalho e ambiente	3

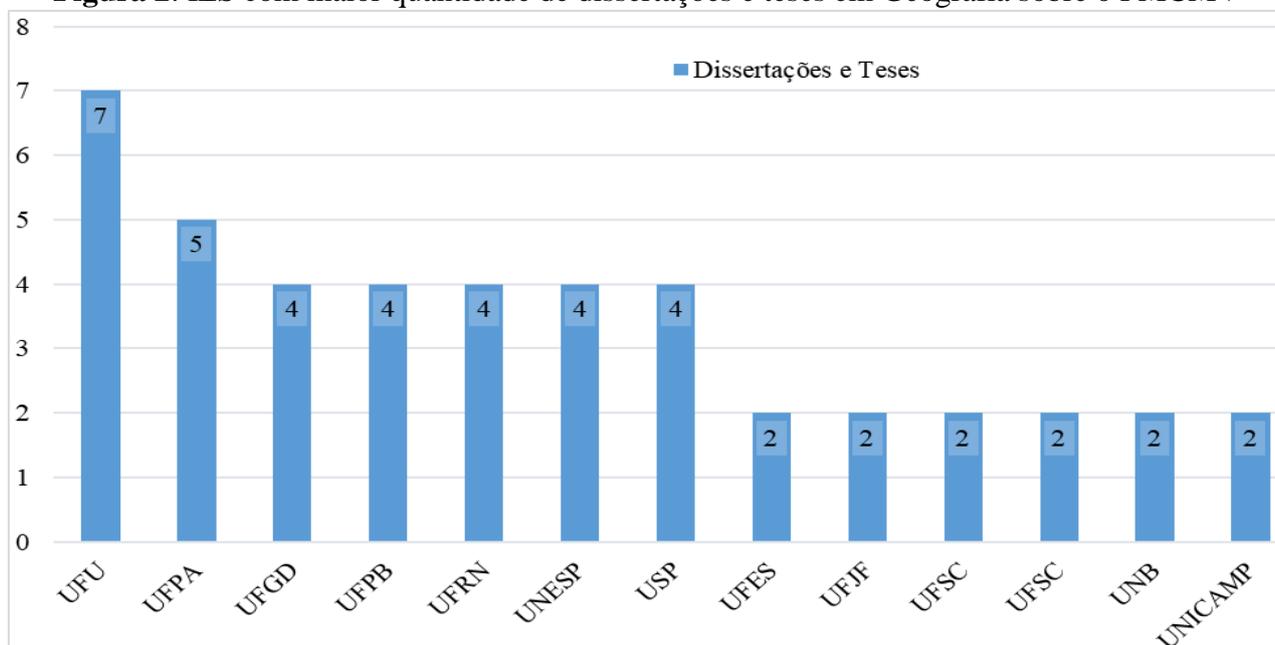
Fonte: Capes (2021b) e BDTD (2021); Elaborado pelos autores (2022).

Contemplando as áreas de concentração com maior número de pesquisa de mestrado e doutorado, percebe-se a recorrência das palavras *território* e *espaço*, denotando que as pesquisas tiveram a tendência de concentrar suas discussões no âmbito da dinâmica da produção do espaço geográfico, bem como das dinâmicas sociais e espaciais do território.

Em relação às Instituições de Ensino Superior (IES) onde as pesquisas foram desenvolvidas, seus respectivos PPGs em Geografia aparecem com destaque em número de pesquisas realizadas sobre o PMCMV.

Ei-los: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com sete pesquisas; UFPA, com cinco pesquisas; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade de São Paulo (USP), com quatro pesquisas, cada; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) somam duas pesquisas, cada. As demais realizadas concentra uma pesquisa cada, sendo que no total, houve pesquisas em 29 IES (vide **Figura 2**).

Figura 2: IES com maior quantidade de dissertações e teses em Geografia sobre o PMCMV

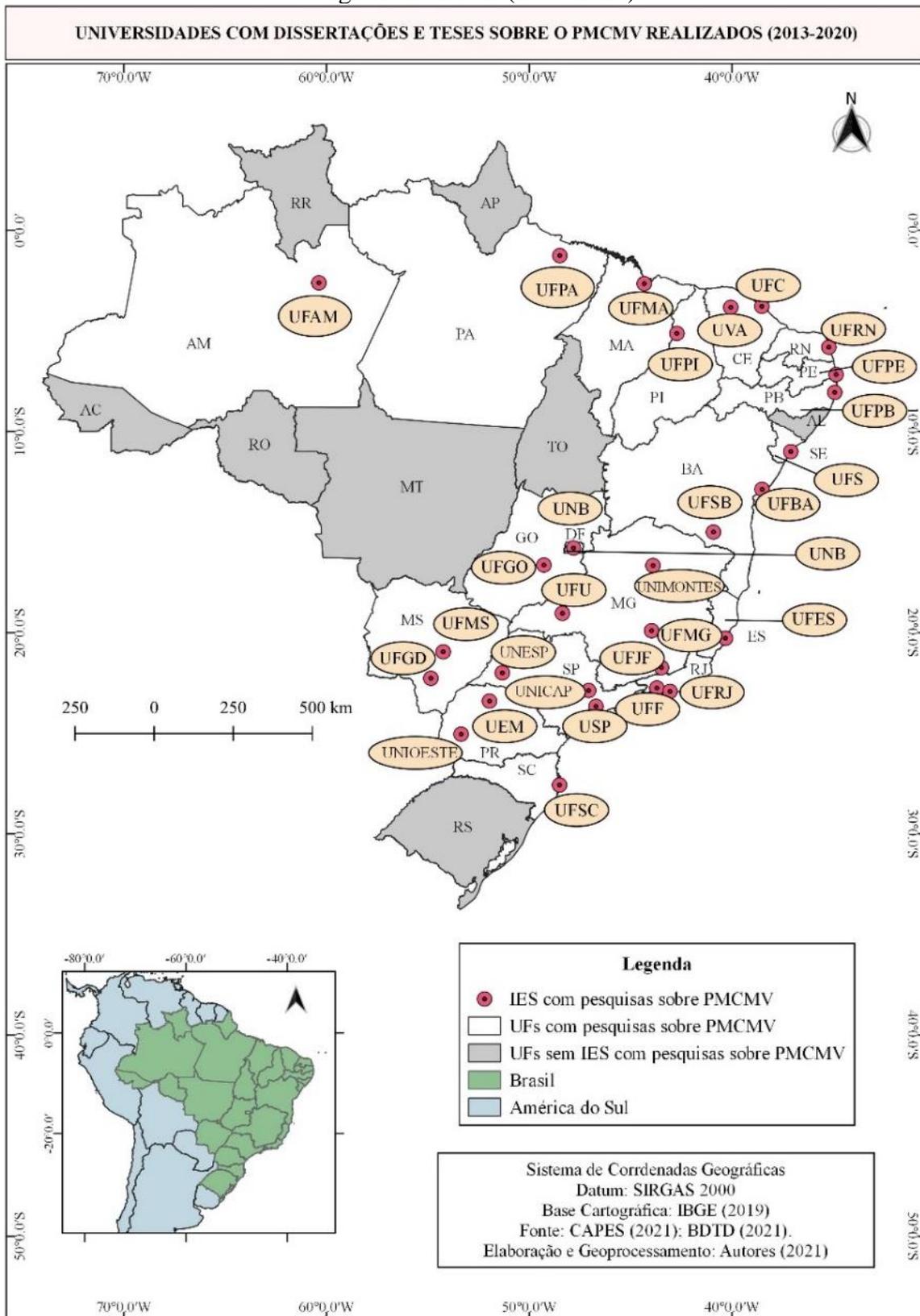


Fonte: Capes (2021b) e BDTD (2021); Elaborado pelo autores (2022)

Como ilustra a **Figura 3**, na espacialização das 29 universidades brasileiras que tiveram pesquisas desenvolvidas em seus PPGs em Geografia, com foco de análise no PMCMV, houve abrangência em 18 estados do País com a ocorrência de dissertações e teses sobre o referido programa, alcançando, portanto, universidades de 67% das Unidades da Federação, com maior concentração de IES do Sudeste e Nordeste.

Ainda é possível verificar, tendo em vista o quantitativo de IES em que se encontraram pesquisas, a prevalência de contribuição das instituições federais, totalizando 21 IES; as outras oito são estaduais, perfazendo 72% das IES no âmbito do governo federal.

Figura 3: Mapa com a espacialização e quantidade de pesquisas sobre o PMCMV em PPGs em Geografia no Brasil (2009-2020)

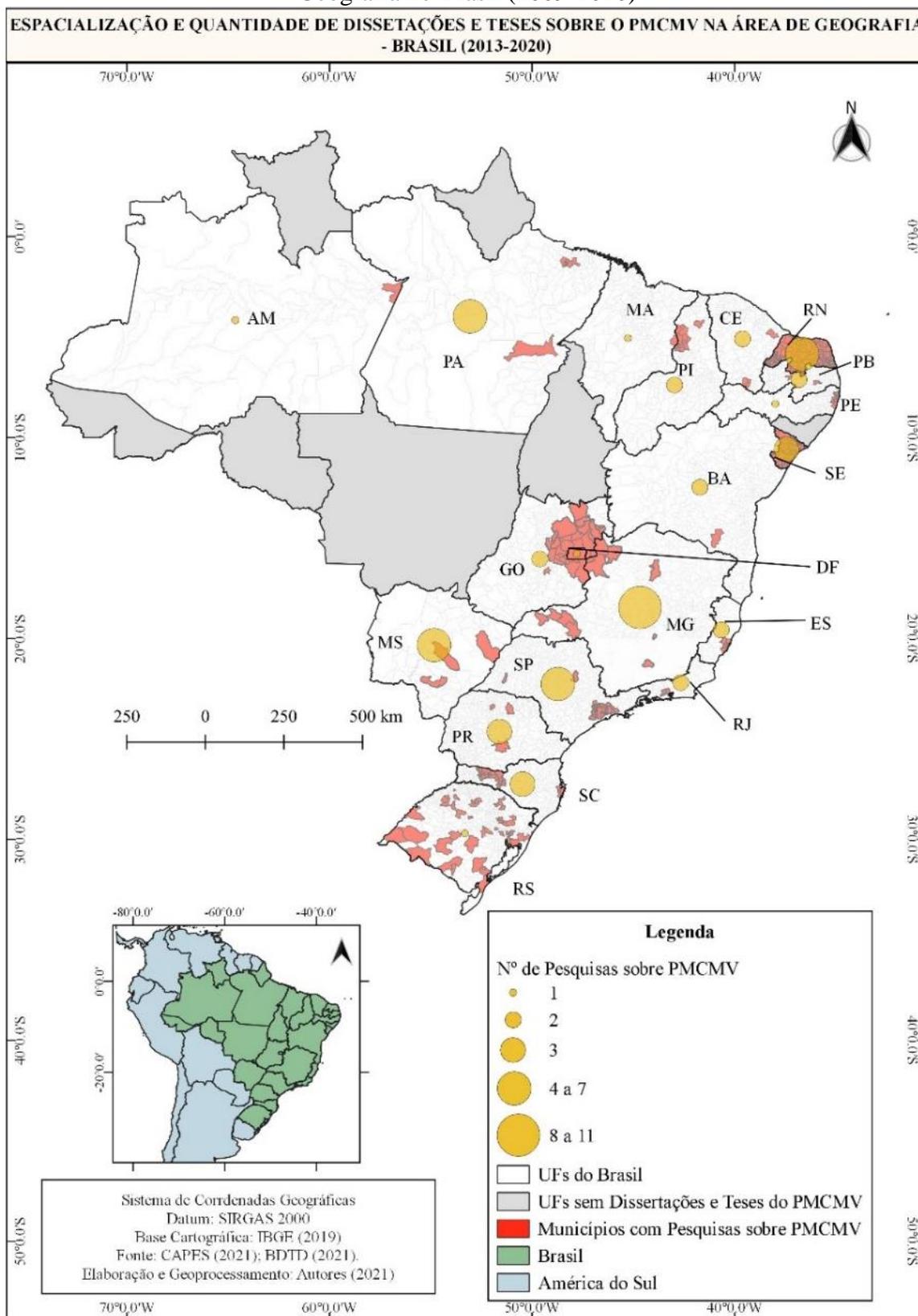


Fonte: Capes (2021b); BDTD (2021); IBGE (2019). Elaborado e Geoprocessado pelos autores (2021).

A **Figura 4** evidencia outro dado que revela a abrangência espacial das pesquisas realizadas: agora, não se faz referência ao local das IES onde se desenvolveram as pesquisas, mas aos locais que

foram objetos empíricos das pesquisas desenvolvidas, ou seja, cidades e/ou municípios percrutados sob a perspectiva de atuação do PMCMV.

Figura 4: Mapa com a espacialização e quantidade de pesquisas sobre o PMCMV em PPGs em Geografia no Brasil (2009-2020)



Fonte: Capes (2021b); BDTD (2021); IBGE (2019). Elaborado e Geoprocessado pelos autores (2021).

Assim, contabilizam-se municípios de 19 estados do País contemplados com pesquisas, sendo o maior quantitativo de pesquisas realizadas – como pode ser visualizado no mapas em círculo proporcional (Figura 4), que indica entre oito a 11 pesquisas – no estado de Minas Gerais; seguido dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pará e Rio Grande do Norte, com quatro a sete pesquisas realizadas. Destaca-se que a despeito do Rio Grande do Sul ter muitos municípios como foco de estudos e não ter IES com trabalhos encontradas na presente pesquisa sobre o PMCMV, deve-se ao fato de que esses municípios foram contemplados por uma pesquisa de Tese de Buonfiglio (2015), que abrangia esses municípios, mas que foi desenvolvida na UNICAMP.

Com relação ao quantitativo de UHs entregues do PMCMV nos estados e o nível de correção com o quantitativo de pesquisas realizadas, observou-se que, conforme dados de Brasil (2021), não houve uma forte correção, pois apesar de o estado de São Paulo ter recebido quase duas vezes o quantitativo de UHs do programa que o estado de Minas Gerais, este último estado obteve a realização de mais pesquisas no âmbito dos PPGs. Assim como a ocorrência de um quantitativo expressivo de pesquisas, no caso do estado de Mato Grosso do Sul, sem, no entanto, ter recebido expressivo quantitativo de UHs pelo PMCMV.

Isso posto, o estado de Minas Gerais destacou-se como o que mais teve dissertações e teses abordando realidades empíricas do estado, com concentração em Uberlândia e no entorno dessa cidade, onde se localiza a UFU que, por sua vez, foi a IES com maior incidência de pesquisas produzidas sobre o PMCMV, como referido anteriormente.

Quando o olhar se atém ao número de municípios, o panorama muda um pouco, pois apesar de conterem mais pesquisas realizadas, alguns mantiveram a tendência em concentrar os trabalhos em poucas cidades, como no caso de Uberlândia – MG. Outro ponto relevante é a questão de algumas pesquisas, de forma mais geral, abordarem uma escala estadual, ou seja, todo o território do estado. Com isso, tem-se abrangência 100% do estado do Rio Grande do Norte, Sergipe e parte considerável do Rio Grande do Sul; também houve o caso de abrangência de Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs).

As pesquisas que aludiram a uma escala espacial maior acabaram por refletir uma abrangência maior de municípios pesquisados no País, somando-se 442 municípios. Esse panorama também refletiu no aspecto das pesquisas, tendo em vista o porte demográfico dos municípios abrangidos, como se observa na Tabela 3, que aponta 67% das pesquisas em municípios com até 50 mil habitantes. Contudo, esse número é inflado devido às pesquisas, principalmente dos estados Rio Grande do Norte e Sergipe, que possuem 100% dos municípios a partir de pesquisas de análise mais gerais, assim como grande maioria de seus municípios possuem baixo quantitativo populacional.

Dessa forma, apesar de em termos quantitativos, ser maior em municípios com até 50 mil habitantes, na prática, concebeu-se, por meio da análise das dissertações e teses, nas pesquisas mais detalhadas e que consideram as cidades e os municípios de forma mais interna e pormenorizada, e até mesmo em número de pesquisas, verifica-se a predominância em realidade de 101 a 500 mil habitantes, que na **Tabela 3** aparecem em segundo lugar, com 16,5%.

Tabela 3: Faixa populacional dos municípios pesquisados (2010)

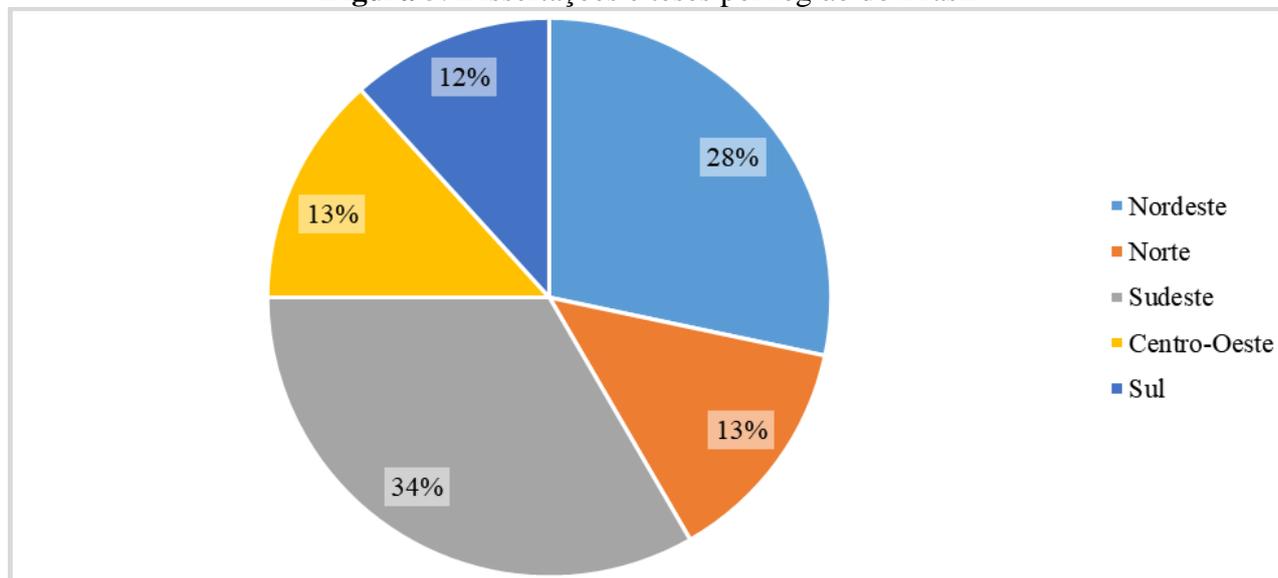
Cidade	Quantidade	%
Acima de 500 mil hab.	20	5
De 101 a 500 mil hab.	73	16
De 51 a 100 mil hab	49	11
Até 50 mil hab.	300	67

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelos autores (2022)

No que se refere às regiões brasileiras com mais pesquisas desenvolvidas tendo como objeto empírico as realidades dessas regiões, como mostra o **Figura 5**, apresentam-se: a Região Sudeste, com 34% das pesquisas; seguida da Região Nordeste, com 28%; Região Centro-Oeste e Norte,

com 13%; e em menor quantitativo, a Sul, com 12%. Ademais, as Regiões que mais se destacaram no recebimento no desenvolvimento de pesquisas foram Sudeste e Nordeste que, juntas, somam 62% do total de pesquisas.

Figura 5: Dissertações e teses por região do Brasil



Fonte: Capes (2021b) e BDTD (2021); Elaborado pelos autores (2022)

5. PERSPECTIVAS TEMÁTICAS E DISCUSSÃO GEOGRÁFICA SOBRE O PMCMV NAS DISSERTAÇÕES E TESES

A ciência geográfica, ao longo de seu processo histórico de constituição como campo do saber científico, uma ciência autônoma, com instrumentos e bases científicas próprios, foi construindo alguns conceitos-chave que, ao mesmo tempo, contribuiriam para a sistematização do conhecimento geográfico. Os principais conceitos da geografia são: espaço; território; região; paisagem; e lugar (MORAES, 2007).

As pesquisas geográficas, de modo geral, explícita ou implicitamente, carregam como sustentação alguns desses conceitos, apresentando-os de forma mais intensa, aparecendo em forma de análise, problemática ou sustentação teórica da pesquisa. Dessa forma, foi possível identificar o conceito principal da geografia utilizado em cada pesquisa sobre o PMCMV analisado, a partir da análise das partes escolhidas em cada tese e dissertação, como denotado na seção metodológica do presente artigo.

O conceito mais utilizado nas pesquisas, com 65%, foi de espaço, em grande parte desenvolvido por meio da concepção de espaço urbano, ou seja, sob o prisma dos processos inerentes à produção do espaço urbano das cidades brasileiras. O segundo conceito mais empregado foi o de território, que apareceu em 22% das pesquisas. Com menor intensidade, foram verificados os conceitos de região, com 10%; lugar, com 3%. Já o conceito de paisagem não foi encontrado em pesquisas como conceito principal (vide **Tabela 4**).

Tabela 4: Conceitos principais encontrados nas dissertações e teses

Conceito	Quantidade	%
Espaço	39	65
Território	13	22
Região	6	10
Lugar	2	3

Fonte: Capes (2021b) e BDTD (2021); Elaborado pelos autores (2022)

Uma das etapas mais importantes de uma pesquisa científica é o seu arcabouço metodológico, o caminho de concretização da pesquisa e sua realização na prática. Para essa etapa, examinou-se a presença dos principais procedimentos metodológicos adotados nas dissertações e teses avaliadas, sem ater-se aos aspectos quantitativos, isto é, à quantidade de trabalhos que utilizaram determinado instrumento, mas sim sobre os procedimentos mais utilizados de forma geral. Tendo isso em vista, os procedimentos metodológicos mais utilizados nas pesquisas foram: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de campo; questionário e/ou entrevista; e produção cartográfica.

No sentido de trazer um panorama sobre os principais temas, subtemas e assuntos tratados nas pesquisas analisadas, a **Tabela 5** aponta as principais palavras-chave utilizadas nos resumos das pesquisas desenvolvidas sobre o PMCMV.

Tabela 5: Palavras-chave das dissertações e teses

Palavra-Chave	Quantidade
PMCMV	58
Espaço urbano/produção do espaço urbano	21
Política habitacional	18
Habitação	12
Segregação socioespacial	9
Mercado imobiliário	6
Conjuntos habitacionais	6
Desigualdades socioespaciais	6
Região metropolitana	5
Políticas públicas	5
Cotidiano	4
Habitação social	4

Fonte: Capes (2021b) e BDTD (2021); Elaborado pelos autores (2022)

A palavra mais citada nas palavras-chave foi uma referência à própria sigla do programa, isto é, o *PMCMV*, aparecendo em 58 pesquisas. *Espaço urbano* e *Produção do espaço urbano* foi citado em 21 pesquisas,; logo em seguida, destaca-se *Política habitacional* – a grande maioria das pesquisas discutem o PMCMV por meio do debate de políticas públicas habitacionais, sendo que a palavra *habitação* foi citada em 12 pesquisas. Outra questão bastante citada foi a *Segregação socioespacial*, com nove; *Mercado imobiliário*, *Conjuntos habitacionais*, *Desigualdades socioespaciais* foram citadas seis vezes, cada; já *Região metropolitana* e *Políticas públicas* foram citadas cinco vezes; e por último, as palavras com quatro ou mais vezes citadas, *Cotidiano* e *Habitação social*.

A nuvem de palavras da **Figura 6** ilustra as palavras-chave utilizadas nas investigações. Cabe evidenciar que as palavras maiores apareceram em um número maior de pesquisas. Diante desse panorama, é possível depreender que a grande maioria das discussões em torno dessa temática – tendo em vista o âmbito geográfico – esteve atrelada às cidades.

Além das palavras-chave elencadas anteriormente, visualizam-se: cidade média; metrópole; periferação; agentes sociais; inserção urbana; além de nomes de cidades. Essa questão é ratificada pelas análises das dissertações e teses, onde se constatou somente um trabalho voltado exclusivamente para o espaço rural, sendo o restante das pesquisas voltadas para os perímetros urbanos ou levando em conta a escala do município como um todo.

A partir da análise das palavras-chave e, precipuamente, das pesquisas, foi possível elencar alguns temas preponderantes nas discussões sobre o PMCMV nos trabalhos de prisma geográfico, os quais serão comentados a seguir.

O programa foi fundamental para aquecer a produção de habitações não somente para as pessoas de menor renda, mas para dinamizar e consolidar os mercados imobiliários das cidades, impulsionando a produção de novas realidades no quesito mercadológico da habitação (NASCIMENTO, 2013).

O PMCMV, na medida em que influenciou o mercado imobiliário nacional, regional e local, ensejou repercussões identificadas por meio do aumento de preços de terrenos e imóveis, ou seja, tanto de habitações como de terras disponíveis no mercado, assim como na especulação imobiliária nas cidades pelo País.

A especulação ao manter imóveis sem uso em áreas valorizadas ou em valorização – em relação, por exemplo, aos serviços e equipamentos públicos – para aumentar o lucro com eles faz com que poucas pessoas absorvam riquezas que são construídas coletivamente, reforçando o viés da cidade como meramente uma mercadoria (CARLOS, 2018).

Essa dinâmica de especulação não é nova nas cidades brasileiras, principalmente com o advento dos empreendimentos imobiliários do PMCMV, caracterizado, na Faixa 1, pelos grandes conjuntos habitacionais, com localizações desarticuladas da malha urbana das cidades ou fora dos perímetros urbanos, favorecendo a existência de vazios urbanos, que segundo Fernandes (2016, p. 81), “servem à valorização crescente do espaço servindo à especulação imobiliária”.

A mensuração do ponto de vista quantitativo da especulação imobiliária, como o demonstrativo de preços e a evolução de valores, foi quase inexistente nas pesquisas, devido aos poucos dados abertos e possíveis de coleta, tanto nas prefeituras quanto nos agentes privados, fragilizando a forma como esse tema foi abordado nas pesquisas – muitas vezes, menos intensamente.

A forma como o PMCMV atou nas cidades brasileiras teve como impacto mais visível nas paisagens a questão da expansão urbana, tendo papel importante os conjuntos habitacionais entregues pelo programa (SILVA, 2014).

A produção do espaço, principalmente atrelado a questões como segregação socioespacial, especulação imobiliária, atuação de agentes do mercado imobiliários e fundiários *etc.*, reforça a expansão urbana que as cidades que tiveram a presença do PMCMV apresentaram, ampliando consideravelmente os perímetros urbanos. Aliás, na maioria das pesquisas, evidenciou-se que no período de atuação do PMCMV – 2009-2020, foram os anos de maior crescimento da malha urbana da história de muitas cidades pelo País.

6. CONCLUSÃO

Na história da habitação no Brasil, as políticas habitacionais não são novas. Sem embargo, com o advento da criação do PMCMV, em 2009, novas realidades e dinâmicas surgiram no Brasil, relacionadas à produção expressiva de novas habitações nos municípios do País. Assim como a expressiva produção de habitação, também se vislumbrou a ocorrência de várias pesquisas em diferentes ciências e universidades. Nos PPGs em Geografia, houve a produção de 43 dissertações e 17 teses, totalizando 60 pesquisas sobre o PMCMV.

As pesquisas encontradas indicaram que houve uma expressiva produção de dissertações e teses sobre o programa, com uma média de 7,5 de pesquisas defendidas, por ano, no período de 2013 a 2020, tendo os anos de 2016, 2018 e 2019 como destaque. A IES com maior número de pesquisa foi a UFU, localizada em Minas Gerais – Sudeste do Brasil.

A abrangência da produção do PMCMV apresenta uma distribuição relativamente bem espacializada pelo País, onde se verificaram objetos empíricos das pesquisas em 19 estados da federação, ocorrendo, em sua maioria, nas Regiões Sudeste e Nordeste do País, cujas pesquisas mais detalhadas foram realizadas em cidades com 101 a 500 mil habitantes.

Em relação às bases teóricas, as pesquisas tiveram, em sua maioria, os conceitos de *espaço* e *território* como centrais, repercutindo nos principais temas que as pesquisas focaram, como: Faixa 1; inserção urbana; segregação socioespacial; impactos no mercado imobiliário; e expansão urbana.

Assim, foi possível apreender um pouco sobre como a geografia contribuiu e tem contribuído para a análise crítica da política habitacional PMCMV, onde se destacaram pesquisas com discussões de cunho espacial, social e territorial. A análise do programa por meio da ciência geográfica focou nas cidades brasileiras, contribuindo para compreender como elas foram impactadas pelo programa e quais as consequências disso, trazendo um panorama por meio de pesquisas em todas as Regiões do País, contribuindo para desvendar a atuação do PMCMV, principalmente nas cidades brasileiras.

Tendo em vista as discussões do presente artigo e os dados revelados, podem-se denotar algumas lacunas que poderão ser alvos de novas pesquisas no âmbito geográfico sobre o programa, a exemplo de: avançar mais para realidades de cidades amazônicas; abordagem por meio do conceito de paisagem e também sobre o conceito de lugar; impactos socioambientais; migração; análises sobre estados inteiros; relações políticas; questões de gêneros e LGBTQ+; maior destaque para Faixas 2 e 3; atuação dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. *In*: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap. 1. p. 11-28. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/minha-casa-e-a-cidade-avaliacao-do-programa-minha-casa->. Acesso em: 28 fev. 2022.

BDTD. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. **Banco de dados**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2021. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BUONFIGLIO, L. V. **Da política urbana federal à produção do espaço municipal: a gestão habitacional no Rio Grande do Sul**. 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Campinas/SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/949855>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Relatório do número de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Casa Verde e Amarela no Brasil, por município e outras variáveis, até 2021**. Brasília, DF: MDR, 2021.

CEF. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha Minha Casa Minha Vida**. Brasília: Governo Federal, 2009. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/Pesquisa.aspx?k=pmcmv>. Acesso em: 11 out. 2018.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, A. T. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil**. *In*: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Cap. 2. p. 17-66. Disponível em: https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

CARLOS, A. F. A. **Geografia crítica-radical e a teoria social**. *In*: CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C. S.; ALVAREZ, I. P. **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 1. p. 15-34.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**: dados cadastrais dos programas. Brasília: CAPES, 2021a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de teses e dissertações**. Brasília: CAPES, 2021b. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FERNANDES, K. B. P. **A dinâmica geográfica da construção de um território para moradias sociais**: estudo testemunhal do empreendimento Vitória Brasil em Uberlândia. 2016. 293 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17598>. Acesso em: 20 set. 2020.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=ptA>. Acesso em: 4 fev. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LOPES, R. E.; NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; ALMEIDA, M. I. **Estado da questão como método de pesquisa para evidência do objeto em estudos da enfermagem**. Revista Enfermagem em Foco, Brasília, v. 9, n. 1, p. 66-70, set. 2018. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1127>. Acesso em: 12 set. 2021.

MAIA, D. S.; MARAFON, G. J. **Apresentação – O Programa Minha Casa Minha Vida**: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas. In: MAIA, D. S.; MARAFON, C. J. (org.). O Programa Minha Casa Minha Vida: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020. p. 7-18. Disponível em: <https://eduerj.com/produto/o-programa-minha-casa-minha-vida-habitacao-e-producao-do-espaco-urbano-em-diferentes-escalas-e-perspectivas/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MARCHI, M. **A produção contemporânea do espaço urbano e o direito à cidade**: um estudo sobre a inserção do programa Minha Casa Minha Vida na área conurbada de Florianópolis. 2015. 267 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158808>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MORE. **Mecanismo online para referências**, versão 2.0. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NASCIMENTO, E. A. **A expansão do mercado imobiliário em Mossoró**: acumulação capitalista e o aprofundamento das contradições socioespaciais. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18942>. Acesso em: 20 dez. 2021.

NEVES, R. M.; FARIA, T. J. P. **O estado da questão da produção acadêmica recente sobre o urbano nas cidades pequenas**: análise de teses e dissertações (2009-2018). *Revista Geografia Ensino e Pesquisa*, Santa Maria v. 24, n. 11, p. 1-32, fev. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/39124>. Acesso em: 14 set. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROYER, L. Apresentação. In: ROYER, L. (org.). **PMCMV+10**: caminhos para a política habitacional no Brasil. São Paulo: FAUUSP: LABHAB, 2021. Disponível em: <https://labhab.fau.usp.br/project/pmcmv10/>. Acesso em: 15. jan. 2022.

SANTOS, M. J. S. **A (re)produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE)**: interfaces da ação do estado e do capital. 2018. 454 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/10913>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SERPA, A. **Políticas públicas e o papel da geografia**. *Revista da ANPEGE*, Dourados, v. 7, n. 1, n. especial, p. 37-47, out. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6551#:~:text=Acredita%2Dse%20que%20a%20Geografia,n%C3%ADveis%20de%20governo%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 04. Jun. 2022.

SILVA, M. L. **Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais**: experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. 2014. 241 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9374>. Acesso em: 15 set. 2020.

SILVA, S. S. **Programa Minha Casa Minha Vida e a produção do espaço urbano em Marabá (PA)**. 231f. 2020. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28102020-194756/en.php>. Acesso em: 27 fev. 2022.

THERY, H. **Novas paisagens urbanas do Programa Minha Casa, Minha Vida**. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, p. 1-14, jan. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mercator/a/Jq8ZCXjKt4CK3wbtNsSwGyh/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2021.

WORD ART. **Mecanismo para confecção de nuvem de palavras**, versão 4.8.1. Disponível em: wordart.com/create. Acesso em: 13 fev. 2022.



Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.